

AS LUTAS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO PARA A CRIAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.639/2003

Flávio Guimarães Diniz²²
Ahyas Siss²³

Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, principalmente no século XX, para o surgimento da Lei Federal nº 10.639/2003, que está inserida no contexto das políticas públicas de ação afirmativa. Tal elaboração parte da ideia na qual a referida lei consiste numa política pública que representa o Estado em ação, como aponta Azevedo (2004). Nesse contexto, a lei pode ser vista como um importante instrumento para a construção de uma educação antirracista e que reposiciona o negro e as relações raciais no mundo da educação (Santos, 2007).

Palavras-chave: Lei Federal nº 10.639/2003; Políticas Públicas; Movimento Negro Brasileiro.

THE HISTORICAL STRUGGLES OF THE BRAZILIAN BLACK MOVEMENT FOR THE CREATION OF FEDERAL LAW Nº 10.639/2003

Abstract

This article aims to show the importance of the historical struggles of the Brazilian Black Movement, especially in the twentieth century, for the emergence of Federal Law No. 10.639/2003, which is inserted in the context of public policies of affirmative action. Such elaboration is based on the idea that the referred law consists of a public policy that represents the State in action, as pointed out by Azevedo (2004). In this context, the law can be seen as an important instrument for the construction of an anti-racist education that repositions blacks and race relations in the world of education (Santos, 2007).

Keywords: Federal Law No. 10.639/2003; Public Policies; Brazilian Black Movement.

²² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais (GPSURER/UFRRJ).

²³ Doutor em educação (UFF). Professor do PPGEduc/UFRRJ. Líder do do Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais (GPSURER/UFRRJ) <https://gpsurer.ufrrj.br/> . orcid.org/0000-0001-6465-5952.

LAS LUCHAS HISTÓRICAS DEL MOVIMIENTO NEGRO BRASILEÑO POR LA CREACIÓN DE LA LEY FEDERAL N° 10.639/2003

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mostrar la importancia de las luchas históricas del Movimiento Negro Brasileño, especialmente en el siglo XX, por el surgimiento de la Ley Federal n.º 10.639/2003, que se inserta en el contexto de las políticas públicas de acción afirmativa. Dicha elaboración se basa en la idea de que la referida ley consiste en una política pública que representa al Estado en acción, tal como lo señala Azevedo (2004). En este contexto, la ley puede ser vista como un instrumento importante para la construcción de una educación antirracista que reposiciona a los negros y las relaciones raciales en el mundo de la educación (Santos, 2007).

Palabras clave: Ley Federal N° 10.639/2003; Políticas Públicas; Movimiento Negro Brasileño.

INTRODUÇÃO

Promulgada em nove de janeiro do ano de dois e três, durante o primeiro mandato do presidente Luis Ignácio Lula da Silva, a Lei Federal nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 com a inclusão artigos 26-A (aborda a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos ensinamentos fundamental e médio) e 79-B (que incluiu o dia 20 de novembro como o "Dia da Consciência Negra" no calendário escolar).

A Lei Federal nº 10.639/2003 não pode ser concebida como uma benesse do Estado e de seus representantes, visto que ela é fruto de lutas históricas do Movimento Negro²⁴ Brasileiro, desde o início do século passado. Com isso, é fundamental a realização de uma reconstituição das ações realizadas por negros e negras, ao longo da história do país, na esfera da educação, presentes nas obras de diversos intelectuais como Santos (2009), Domingues (2007), Siss (2001) entre outros.

Deste modo, iniciaremos nossa análise mostrando o protagonismo do Movimento Negro Brasileiro na criação da Lei Federal nº 10.639/2003. Num segundo momento, compartilharemos três momentos importantes na história do movimento, que foram marcados por propostas e ações para o mundo da educação: a Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 1930, o Teatro Experimental do Negro (TEN) na década de 1940 e o Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década de 1970.

Na última partida do artigo, compartilharemos a importância em aprendermos sobre as lutas do movimento, para que nos inspire nos embates e disputas em prol de uma educação antirracista.

O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO NA CRIAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.639/2003

Para que se possa entender o surgimento da Lei Federal nº 10.639/2003 e os seus impactos nos processos de ensino e aprendizagem, é de suma importância revisar a história do Movimento Negro Brasileiro. Contudo, é

²⁴ Pinto (1993) apresenta em sua Tese de Doutorado intitulada "O movimento negro em São Paulo: luta e identidade" a autora apresenta uma definição sobre o Movimento negro que, em linhas gerais, consiste na luta dos negros como foco na resolução dos seus problemas oriundos dos preconceitos e discriminações raciais que colocam essa população à margem da sociedade em diferentes esferas: mercado de trabalho, sistema educacional, política entre outras.

preciso apontar um obstáculo apontado por Domingues (2007): a carência de estudos sobre o movimento na historiografia brasileira. Ou seja, de acordo com o autor, durante muito tempo esse tema foi ignorado pela intelectualidade do país.

Em seu artigo "Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos", Domingues (2007) compartilha com o leitor importantes marcos históricos do movimento, dividindo-o em quatro fases²⁵ e apresentando suas principais características: ações, agendas, entraves, bastidores etc.

Amauri Mendes Pereira, Eliane Almeida de Souza Cruz e Luiz Fernandes de Oliveira (2016) dissertam sobre o protagonismo dos Movimentos Negros na promulgação da lei, onde esta é uma importante ferramenta que gera impactos nas esferas pedagógicas e formativas.

A referida legislação não é fruto de uma concessão parlamentar ou governamental, mas das lutas históricas e centenárias dos movimentos sociais negros por uma educação antirracista e de qualidade. O marco histórico da lei 10.639/03 aponta a necessidade que os docentes e as instituições formadoras dos mesmos se coloquem como protagonistas para uma efetiva implementação desse dispositivo legal, pedagógico e político. Isto se expressa a partir da compreensão de que uma reforma educacional deste porte requer uma ação política e acadêmica na medida em que as ausências, invisibilidades e concepções hegemônicas racialistas do currículo sobre relações étnico-raciais ainda se fazem fortemente presentes, a despeito de um dispositivo constitucional e formal. (Pereira; Cruz; Oliveira, 2016, p.58)

No texto "Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação", Nilma Lino Gomes (2009) também aborda o protagonismo dos Movimentos Negros na promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003 e das Diretrizes sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, e ratifica que esses documentos são importantes instrumentos para o (re)conhecimento das lutas da população negra e o estabelecimento do diálogo para que a sociedade conheça suas demandas.

²⁵ Fases do movimento negro compartilhadas por Domingues (2007): Primeira fase do Movimento Negro organizado na República (1889-1937): da Primeira República ao Estado Novo; Segunda fase do Movimento Negro organizado na República (1945-1964): da Segunda República à ditadura militar; Terceira fase do Movimento Negro organizado na República (1978-2000): do início do processo de redemocratização à República Nova; Quarta fase do Movimento Negro organizado na República (2000 - ?): uma hipótese interpretativa.

Através da Lei Federal nº 10.639/2003, os Movimentos Negros estabeleceram a relevância dessa política pública de ação afirmativa²⁶, o reposicionamento da(o)s negra(o)s e das relações raciais no campo da Educação, que é uma das principais esferas da formação humana. Além do mais, os coletivos podem trazer para a sociedade formas alternativas de pensar, agir, sentir etc.

O próprio texto da lei, no artigo 26-A, aponta a importância do movimento, ao citar o estudo da *luta dos negros do Brasil* como uma das bases do conteúdo programático do ordenamento jurídico. É importante frisar que duramente muito tempo, principalmente nos processos de ensino e aprendizagem, esse tema foi ignorado de forma proposital pela elite dirigente do Brasil.

A Frente Negra Brasileira Brasileira (FNB)

Um dos primeiros marcos históricos do movimento, que apresentou ações em prol da educação para a população negra, foi o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 1930 no estado de São Paulo. Criada durante a ocorrência de profundas transformações políticas e econômicas²⁷ no Brasil, a FNB representa o desenvolvimento do Movimento Negro que, aos poucos, se alastrou para outras partes do território nacional. Nesse sentido, é importante citar as lutas do movimento contra a desigualdade social e a discriminação racial (uma das suas principais bases).

Domingues (2008) aborda em suas pesquisas a importância da Frente Negra Brasileira na luta pela educação. Uma das provas da relevância que a educação possuía na agenda do movimento, foi a criação do Departamento de Instrução, que também era conhecido como Departamento de Cultura ou Intelectual.

²⁶ De acordo com Serrano e Waldman (2007) as políticas de ação afirmativa tem como escopo garantir às minorias sociais seu espaço na sociedade e, ao mesmo tempo, combate qualquer tipo de discriminação a partir da criação de oportunidades.

²⁷ No aspecto econômico, o Brasil passava pela transição de uma economia agrário-exportadora para o início do seu processo de industrialização concentrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Já no aspecto político, o início da década de 1930 foi marcado pela Revolução de 1930, onde Getúlio Vargas assume a presidência da República, onde, anos depois, instauraria uma ditadura.

O maior e mais importante departamento da FNB foi o de Instrução, também chamado de Departamento de Cultura ou Intelectual. Era o responsável pela área educacional da FNB. Um de seus motes propagandísticos conclamava: 'Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações' (A Voz da Raça, 28 out. 1933, p. 2). O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada freqüentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização (Domingues, 2008, pp.5 22).

É possível perceber a importância da educação para a FNB para que a população negra obtivesse condições mais dignas na sociedade. Ademais, para a organização, a educação não se limitava apenas ao ensino formal, mas também para o enriquecimento cultural e para a construção de valores morais. Outro ponto que chama atenção nas elucubrações do autor é o sentido da palavra instrução para o coletivo, ligada a aquisição de conhecimentos oriundos dos processos de aprendizagem.

Siss (1994) menciona que a educação, na visão da FNB, deveria atingir pessoas não brancas de todas as idades. Essa ideia pode ser confirmada a partir do artigo da Voz da Raça intitulado "Rumo à Escola" publicado no ano de 1933 que destacava a importância dos não-brancos frequentarem às unidades de ensino.

Em artigo intitulado 'Rumo à escola', que circulou em 1933 em 'A VOZ DA RAÇA', os não-brancos em geral, e os fretenegrinos em particular, eram alertados para a necessidade não só dos pais colocarem seus filhos nas escolas mas, também, de que os próprios pais frequentassem à escola, inclusive à noite, se o trabalho diário não lhes permitisse frequentá-la no turno diurno (Siss, 1994, p. 34).

Nota-se a preocupação da FNB com a escolarização dos adultos após o período da jornada de trabalho. A ideia era que todos frequentassem a escola para que mais pessoas da população negra tivessem condições de prosperar e, conseqüentemente obter melhores condições de vida, pois esse era um dos objetivos da luta do movimento.

A luta em fornecer uma educação de qualidade para a população negra foi realizada a partir de muitos esforços frente a condições precárias, pois como

aponta Domingues (2008) o movimento buscava ofertar uma boa educação, quando esta não era oferecida pelo poder público.

A implementação e a manutenção de um projeto escolar exigiram esforço notável por parte da FNB, tendo em vista suas limitações infra-estruturais, pedagógicas e de recursos financeiros. Com a fundação de uma escola, o negro tomou para si a tarefa de educar seus pares. Nesse caso, a FNB revestiu-se da característica de algumas organizações dos movimentos sociais: a execução de projetos que substituem o papel do Estado. Essas organizações passam a oferecer um serviço ou bem que, a rigor, é obrigação do poder público e direito de qualquer cidadão (Domingues, 2008, p. 532).

O autor continua suas elucubrações com a intenção de ratificar que o projeto educacional da FNB estava, de fato, ligado ao acesso à instituição escolar por parte da população negra que era discriminada, inclusive por educadores²⁸. No entanto, Domingues (2008) sinaliza que esse projeto não visava colocar a história do negro numa posição central ou sequer criar materiais didáticos específicos, embora algumas sementes tenham sido plantadas. O foco, de fato, era o acesso.

A escola da FNB foi fundada no bojo de uma jornada de conscientização e mobilização da 'população de cor'. Contudo, ela não sistematizou uma proposta de política educacional mais abrangente. Aliás, de forma metódica, ela não forjou um projeto pedagógico centrado na questão do negro nem desenvolveu material didático específico, uma grade curricular alternativa ou se debruçou em torno de uma prática de ensino totalmente inovadora. Mesmo assim, pode-se supor que foi a partir dela que se começou a ventilar algumas idéias de como deveria ser a educação do negro no Brasil. Ainda que de maneira pouco articulada, as lideranças fretenegrinas foram precursoras em tecer críticas quer à dimensão preconceituosa dos conteúdos escolares, quer à forma discriminatória como os professores e os estabelecimentos de ensino se relacionavam com os alunos negros. Mas não se deve cometer anacronismo: a questão de uma pedagogia interétnica e multirracial não estava colocada na década de 1930." (Domingues, 2008, p. 532)

Diante do exposto, conseguimos mostrar de maneira geral, a importância e a força da FNB, principalmente na parte educacional. Vejamos agora, o surgimento, as características e as contribuições do Teatro Experimental do Negro que teve como uma de suas principais lideranças Abdias Nascimento.

²⁸ Ver Siss (1994); Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000); Sousa e Melo (2021).

O Teatro Experimental do Negro (TEN)

Na década de 1940, pode-se destacar outra organização importante que envolvia a luta do movimento, onde a educação também ganhou relevância: a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que teve como principal líder o intelectual Abdias Nascimento. No livro "O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado", Nascimento (2016) escreve os objetivos básicos a partir da fundação do TEN em 1944 no estado do Rio de Janeiro.

Para confrontar o desafio implícito na situação descrita nas páginas precedentes, fundamos em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro – TEN, com os seguintes objetivos básicos: a. resgatar os valores da cultura africana, marginalizados por preconceito à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante; b. através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante 'branca', recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental; c. erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquilado de preto, norma tradicional quando o personagem negro exigia qualidade dramática do intérprete; d. tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pai Joãoes e lacrimogêneas Mães Pretas; e. desmascarar como inautêntica e absolutamente inúteis a pseudocientífica literatura que a pretexto de estudo sério focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, e assim por diante, cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos que emergiam do contexto racista da nossa sociedade (Nascimento, 2016, pp.161-162).

Pereira (2008, p.38) menciona que o TEN "[...] buscava, através da linguagem clássica do teatro, valorizar o negro – escandalizou a opinião pública ao encenar O Imperador Jones, de Eugene O'Neil, no teatro Municipal [...]". Entretanto, além de denunciar as desigualdades sofridas por negros e negras, o TEN contava com a contribuições de ilustres intelectuais, como por exemplo, o brilhante sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, como mostra Siss (2001).

[...] O TEN, para além de ser um movimento de 'protesto contra a ausência de atores negros nos palcos brasileiros,' ou pela sua

atuação apenas em papéis sem importância, tinha como objetivo fundante operar o resgate da cultura e dos valores afro-brasileiros 'violentamente negados, oprimidos e desfigurados (Siss, 2001, p. 64).

A participação e a atuação de intelectuais que abordavam as relações raciais no país em suas pesquisas, enriqueceram ainda mais o TEN e, simultaneamente, forneceu com uma base teórica que ajudou no processo de denúncias, reivindicações e na estruturação de ações para a contemplação das demandas da população negra no país.

Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000) escreveram sobre as aspirações dos membros do TEN para a população negra, principalmente na reivindicação de direitos que foram negados ao longo da história do Brasil e no combate à discriminação racial.

O Projeto do TEN abria muito concretamente caminhos inéditos para pensar o futuro dos negros e o desenvolvimento da cultura brasileira (Gonçalves, 1997, p. 428-452). O objetivo central era combater o racismo. Para tanto, propunha questões muito práticas do tipo: instrumentos jurídicos que garantissem o direito dos negros, a democratização do sistema político, a abertura do mercado de trabalho, o acesso dos negros à educação e à cultura, e a elaboração de leis anti-racistas (Gonçalves; Gonçalves e Silva, 2000, p.148).

A reivindicação para a criação de instrumentos legais que garantissem o acesso a direitos básicos como trabalho, educação e participação na vida política do país, caracterizou o TEN, mostrando o seu engajamento em prol da transformação das condições de vida dos afrodescendentes. Além do mais, o agrupamento possuía um programa com as ações que davam sentido a luta, muitas delas presentes no jornal "Quilombo".

Domingues (2007) disserta sobre o jornal "O Quilombo" compartilhando conosco seu papel relevante na divulgação para a mobilização de pessoas nas esferas educacionais, políticas e culturais, além do viés de denúncia em relação a discriminação racial no Brasil:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da

Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (Domingues, 2007, p. 109).

Na esfera educacional o Jornal anunciava os cursos de alfabetização, alguns deles ministrados pelo intelectual mineiro Ironides Rodrigues que foi peça fundamental nas ações educativas organizadas e empregadas pelo TEN, como apontou Romão (2005). Ironides dedicou parte de sua vida a ajudar diversas pessoas a se tornarem donos e donas de seus destinos através da emancipação propiciada pela educação como acreditavam os líderes do TEN. Pode-se dizer que o grupo engendrou muitos inéditos viáveis no campo da Educação e que, nos dias de hoje, podemos colher alguns desses frutos.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)

Na década de 1970, surge de acordo com os estudos de Domingues (2007) e Pereira (2013) o Movimento Negro Unificado (MNU), situado na terceira fase do Movimento Negro na era da República que compreende o período iniciado no ano de 1978 e vai até o ano 2000. Nesse momento, ocorre uma série de mudanças profundas na configuração da postura dos membros do coletivo, onde propostas transformadoras no campo da educação emergiram.

O MNU, como escreveu Domingues (2007) colocou o movimento negro organizado na cena política do país. Para o autor as ideias marxistas, trotskistas e a Convergência Socialista influenciaram na organização do movimento. Ou seja, havia, internamente, uma preocupação em aliar a luta contra a discriminação racial com ações anticapitalistas. Entretanto, essa ligação foi interrompida a partir do momento que os dirigentes do MNU perceberam que estavam sendo deixados de lado pelas entidades de esquerda²⁹.

Um dos principais textos produzidos pelo MNU é a "Carta de Princípios"³⁰, onde já era possível notar uma preocupação com educação nos itens "melhor assistência à saúde, à educação e à habitação"; "reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção" (grifo

²⁹ Ver Pereira (2013).

³⁰ Carta de Princípios do MNU, julho de 1978. Ver Pereira (2013)

nosso). No primeiro item destacado, podemos perceber uma preocupação que transcende a barreira da luta pelo acesso aos bancos escolares como ocorrera na primeira metade do século XX. Além do ingresso, preocupa-se, de forma sistemática com a permanência da população negra nas instituições de ensino.

No item da reavaliação da cultura, nota-se um cuidado com a forma como os negros são representados e difundidos, aspecto que também ultrapassa as fronteiras presentes nas informações presentes nos materiais didáticos, produções culturais e artísticas e os meios de comunicação de massa. Assim, essas preocupações são mobilizadas para que era a luta contra a discriminação racial estive presente em todas as esferas da sociedade.

Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000) destacam um evento de grande relevância na história do coletivo em relevo: a Convenção do Movimento Negro Unificado, ocorrida na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, no ano de 1982, onde foi aprovado o Programa de Ação do MNU onde observaremos propostas concretas em prol de uma Educação que pudesse combater a discriminação racial nos espaços escolares.

Domingues (2007) compartilha conosco outras propostas do MNU no campo educacional, compreendido pelo coletivo como fundamental para a população negra obtivesse conquistas dentro da estrutura racista que caracterizava, e ainda caracteriza, a sociedade brasileira:

Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura "negra" em detrimento à literatura de base eurocêntrica (Domingues, 2007, pp.115-116).

Percebe-se que muitas propostas do MNU inspiraram mudanças de rota em vários cenários da Educação no país. Por exemplo, "a revisão de conteúdos preconceituosos dos livros didáticos" é levada a sério pelos avaliadores do Programa Nacional do Livro Didático, pois os avaliadores, ao analisarem e aprovarem as coleções precisam ficar atentos para observar se as imagens e os conteúdos das coleções das obras não induzem ao preconceito racial. Ademais,

observa-se, já naquela época, a necessidade de revisão do papel da população negra na construção da nossa sociedade.

Por que devemos aprender sobre as lutas do Movimento Negro?

O ensinamento das lutas do Movimento Negro Brasileiro é de suma importância para a desconstrução da singularização de algumas lutas. Além disso, coloca-se em destaque a ação coletiva dos sujeitos negros. Os quilombos, por exemplo, podem ser vistos como emblemáticos nesse contexto. Mais do que um lócus de fuga, os quilombos eram espaços de liberdade e de convivência harmônica entre pessoas de diferentes raças.

Sales Augusto Santos (2015) mostra os inéditos viáveis realizados ao longo do tempo. Essas ações ratificam o comprometimento dessas pessoas pela reivindicação ao direito pela educação. Uma educação que não se limitava aos conteúdos de sala de aula, mas que também era marcada pelo viés político.

O Movimento Negro que, desde a sua formação colocou a educação como uma das pautas do coletivo desde as primeiras décadas do século passado, como mostram Inti Maya Soeterik e Renato Emerson Nascimento dos Santos (2015) no artigo "Escalas da ação política e Movimentos Sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo":

A Educação sempre foi um campo de disputa no qual houve atuação do Movimento Negro. Também é fato que o conteúdo da Lei nº10.639/2003 é uma reivindicação antiga deste movimento. Reivindicações semelhantes já apareciam em sua agenda de iniciativas, como a imprensa negra da década de 1930 (PEREIRA, 2007) e a Frente Negra Brasileira -sobre a qual, Edson Cardoso -assessor parlamentar que milita pelo movimento negro -afirma (ALBERTI e PEREIRA,2007, p.431) que seu estatuto de 1931 fazia referência ao papel essencial da educação no combate às desigualdades raciais -; nas recomendações das Convenções Nacionais do Negro, da década de 1940; nas pautas do jornal Quilombo e do Teatro Experimental do Negro; entre outras experiências (Soeterik; Santos, 2015, pp. 82-83).

É possível perceber como o coletivo sempre pensou na educação além do acesso e dos processos de ensino e aprendizagem ao longo da história por

compreender sua potência no combate a todas as desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil.

Em seu livro "O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação" a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017) aborda o potencial educador presente no Movimento Negro desde a sua constituição, através da produção de saberes emancipatórios onde, através deles é possível (re)pensar de forma crítica a questão racial. Mais que isso, a pesquisa da autora ajuda na compreensão do contexto do surgimento de políticas voltadas para as questões étnico-raciais aliadas à educação nas primeiras décadas do século XXI.

Ao fornecer outros referenciais, a lei convida a todas e todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a (re)pensar a Educação com visões plurais que colaborem para luta contra qualquer tipo de discriminação em prol de uma sociedade mais democrática.

Conclusão

Diante do exposto, acreditamos que Lei Federal nº 10.639/2003, promulgada a partir de um esforço coletivo, protagonizado por homens e mulheres que dedicaram uma boa parte de suas vidas a luta por melhores condições de vida para a população negra, continua sendo, após 22 anos de existência, uma importante ferramenta de reflexão dos processos de ensino e aprendizagem. Através dela, conteúdos foram revisados e inseridos; processos formativos foram criados para atender as demandas da lei; materiais didáticos foram construídos. Entretanto, a luta em prol de uma educação antirracista que reposicione o negro e as relações raciais no mundo da educação está longe do fim.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J.M. L. de. A educação como política pública. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 78 p.

BRASIL. Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo 12 (23), 2007, p. 100-122.

DOMINGUES, P. J. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008, p. 517-534.

GONÇALVES, L. A. O.; GONÇALVES E SILVA, P. B. Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15, p.134-158.

GOMES, N. L. “Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de e HERINGER, Rosana (Orgs.) “Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil”. Rio de Janeiro, Fundação Heimich Boll, Action Aid, 2009. p.39-61.

GOMES, N. L. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2017.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2016. 232p.

PEREIRA, A. A. O Mundo Negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, A.M.; CRUZ, E.A.S.e.; OLIVEIRA, L.F.de. “Por uma formação docente intercultural e pluriétnica na UFRRJ”. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.2, n.3, set. - dez. 2016, p.57-69.

PINTO, R. P. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993.

ROMÃO, J. Educação, instrução e alfabetização de adultos no Teatro Experimental do Negro. In: História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SANTOS, R. E. dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.21-40.

SANTOS, R. E. N. dos. Rediscutindo o ensino de Geografia: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro, CEAP, 79 p., 2009.

SANTOS, S. A. dos. "Confluências entre campos/segmentos/lutas na Educação Popular: Memórias e Resistências – 1964 e o tempo presente: os movimentos sociais negros" (p. 57-70). In: TAVARES, M.T.G.; ALVARENGA, M.S.; SILVA, C. A. (ORGS). Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: Os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. Memória D'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. 324 p.

SISS, A. Democracia Racial, Culturalismo e Conflito no Imaginário dos Não-Brancos. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1994.

SISS, A. Afro-brasileiros e Ação Afirmativa: relações instituintes de práticas político-ético-pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 285 p., 2001.

SOETERIK, I. M.; SANTOS, R. E. N. dos. Escalas da ação política e Movimentos Sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo. GEOgraphia - Ano. 17 - Nº33 – 2015.

SOUSA, J. A. de.; MELO, C. R. de. Educação e Movimento Negro: a experiência da Frente Negra Brasileira. Vozes, Pretérito & Devir – Dossiê Temático. Ano VIII, Vol. XII, n. 11, 2021, p. 127-143.